

## DA RECIPROCIDADE AO ALTRUÍSMO: UM COMPARATIVO ENTRE OS MUTIRÕES E O TURISMO VOLUNTÁRIO

### FROM RECIPROCITY TO ALTRUISM: A COMPARISON BETWEEN JOINT EFFORT AND VOLUNTARY TOURISM

Sandra Dalila Corbari (S. D. C.)<sup>1</sup>

#### Resumo

Os mutirões são práticas tradicionais de diferentes comunidades campesinas e tradicionais do Brasil e estão embasados no princípio da reciprocidade. No entanto, os mutirões foram ressignificados e podem ser denominados “extracomunitários”. Tem-se, por outro lado, as experiências de turismo voluntário, visando promover melhorias nos locais/comunidades. Tendo como base essas três experiências, o presente ensaio teórico buscou discorrer sobre os mutirões tradicionais, os “novos” mutirões e o turismo voluntário, além de traçar um comparativo entre esses três tipos de experiências, através de uma pesquisa bibliográfica, complementada, por exemplos encontrados em páginas eletrônicas. Verificou-se que os mutirões tradicionais podem ser enquadrados na teoria da dádiva, girando em torno de valores recorrentes no cotidiano campesino. Nos mutirões extracomunitários, por sua vez, há menor possibilidade de ocorrer a reciprocidade, mas gira em torno da solidariedade e conscientização. Já o turismo voluntário tem como principal conceito o altruísmo. Tanto os mutirões extracomunitários quanto o turismo voluntário carecem de cuidado, pois diz respeito a uma relação assimétrica entre diferentes grupos sociais, o que leva à manutenção e fortalecimento de desigualdades estabelecidas.

Palavras-chave: Mutirões tradicionais; “novos” mutirões; turismo voluntário; teoria da dádiva.

#### Abstract

“Mutirões” are joint effort, a traditional practices of different peasant and traditional communities of Brazil and are based on the principle of reciprocity. However, this collective work has been redefined and can be denominated “extra-community” joint effort. On the other hand, there are experiences of voluntary tourism, aiming to promote improvements in places/communities. Based on this, the present theoretical essay sought to explore and to draw a comparative between these social phenomena, through a bibliographical research, complemented by examples found in websites. It was verified that the traditional joint effort can be framed in the theory of the gift, revolving around recurring values in the daily peasant. In “extra-community” joint effort, in turn, there is less possibility of reciprocity, but it revolves around solidary and awareness. Voluntary tourism, however, has as its main concept altruism. The latter two need to be careful, since they concern an asymmetrical relationship between different social groups, which leads to the maintenance and strengthening of established inequalities.

Keywords: Joint effort; “new” joint effort; volunteer tourism; “the gift” theory.

## 1. INTRODUÇÃO

A teoria da dádiva de Marcel Mauss é base para a teoria da reciprocidade, um ciclo constante de dar, receber e retribuir (Mauss, 2003). Nesse aspecto, os mutirões que

---

<sup>1</sup> Formação: Graduação em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Turismo pela UFPR. Doutoranda (bolsista CAPES) pelo Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) pela UFPR. E-mail: corbarisandra31@gmail.com.

tradicionalmente se desenvolvem em comunidades campesinas e tradicionais do Brasil, se enquadrariam na teoria supracitada, tendo em vista que, por meio dessas práticas, determinada comunidade ou indivíduos buscam auxiliar uma família em um trabalho de difícil execução, sendo pagos com festa, comida, bebida e cantoria e, posteriormente, retribuindo a dádiva recebida (Brandão, 1983; Gapinski & Campigoto, 2010).

Surgem, no entanto, os “novos” mutirões ou “mutirões extracomunitários”<sup>2</sup>, desenvolvidos esporadicamente e para ações pontuais, nem sempre relacionados a comunidades ou famílias, sendo, por vezes, executadas com cunho ambiental.

O turismo voluntário, por sua vez, diz respeito ao turismo praticado por voluntários e organizado com objetivo de proporcionar ajuda ou melhorias em determinados locais (Wearing, 2001), é a única das práticas mencionadas que exige pagamento para participação, ou seja, é uma troca mercantilizada, ao contrário das experiências citadas acima.

Nesse sentido, o presente ensaio teórico foi desenvolvido tendo como base o seguinte questionamento: quais são as similaridades e diferenças entre os mutirões tradicionais, os “novos” mutirões e o turismo voluntário? Destarte, o objetivo geral da presente investigação foi analisar as similaridades e diferenças entre esses três tipos de experiências, tendo como base a reciprocidade, mas também a perspectiva dessas experiências enquanto práticas de lazer/turismo. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória, tendo por objetivo uma aproximação ao tema abordado e formulação de problemas e hipóteses mais precisas para pesquisas posteriores (Gil, 2002).

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a qual contou com um levantamento bibliográfico sobre os temas “mutirão” e “turismo voluntário”, além disso, foi realizada uma pesquisa simples, utilizando a *internet* como sistema de busca (busca simples por meio do Google)<sup>3</sup> sobre exemplos de mutirões que, no presente trabalho, são considerados “novos” mutirões, por não terem as mesmas características dos mutirões que são desenvolvidos em comunidades campesinas e tradicionais.

---

<sup>2</sup> As denominações “novos mutirões” e “mutirões extracomunitários” não existem na literatura, foram cunhado no presente estudo para que possam ser diferenciados dos mutirões tradicionais, uma vez que eles passaram por uma reconfiguração que os diferem. O termo “extracomunitário” diz respeito ao fato de que esses novos mutirões acontecem com participação de pessoas de fora das comunidades.

<sup>3</sup> A presente pesquisa não teve como intuito levantar a quantidade, nem mesmo traçar um perfil dos mutirões extracomunitários. Destarte, foi realizada uma busca simples para exemplificar essas experiências.

A partir disso, as informações foram organizadas e sintetizadas. Também foi realizada uma análise comparativa entre os mutirões que no presente trabalho são denominados tradicionais, os “novos” mutirões e o turismo voluntário, tal comparativo foi ordenado em formato de tabela (tópico 5) para uma melhor visualização entre as similaridades e diferenças desses tipos de experiência que embora sejam diferentes, têm como objetivo a modificação e melhoria de determinado local ou realidade.

Desse modo, tem-se, na sequência, a abordagem sobre a teoria sobre a dádiva e o princípio da reciprocidade. Após isso, destacam-se os mutirões tradicionais e os “novos” mutirões e, em seguida, o turismo voluntário. Também se apresenta um quadro comparativo entre as três experiências. Por fim, têm-se as considerações finais.

## **2. A TEORIA SOBRE A DÁDIVA E O PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE**

O princípio da reciprocidade é abordado nos estudos antropológicos de Bronislaw Malinowski, Claude Lévi-Strauss, Karl Polanyi, George Simmel e Marcel Mauss, conforme destacado por Nascimento e Denardin (2017). Embora os demais estudiosos tenham sido de grande importância para a temática, o presente estudo foca em Marcel Mauss, responsável por posicionar a dádiva enquanto elemento oposto à troca mercantil e, paradoxalmente, procurou nela a origem da troca, com base nas sociedades arcaicas e primitivas (Sabourin, 2008; Nascimento & Denardin, 2017).

Em “Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques” publicado originalmente em 1925, Mauss (2003) aborda e compara sociedades indígenas do noroeste americano, da Melanésia e da Polinésia a respeito da dádiva. Mauss (2003) diferencia as dádivas de presentes, bens e símbolos da troca utilitarista. Há, nas dádivas, prestações recíprocas, que dizem respeito a um constante “dar-receber-retribuir”, tidos, universalmente, como obrigatórios, mas organizados diferentemente em cada local. No entanto, embora tenha caráter “obrigatório”, Godbout (1998, p. 7) salienta que “em primeiro lugar, os atores valorizam o prazer na dádiva. Uma dádiva feita por obrigação, por obediência

a uma norma, é considerada de qualidade inferior. A moral do dever não se aplica à dádiva”<sup>4</sup>. Tal obrigação não condiz com a ideia de obrigação que o modelo racionalista impõe.

Conforme essa teoria, esse constante dar-receber-retribuir não se trata de acordos entre indivíduos, ele se dá entre as coletividades, que mantêm obrigações de prestações recíprocas, seja por meio de grupos familiares, comunitários ou de chefes. Desse modo, a reciprocidade teria um caráter coletivo (Mauss, 2003), onde os contratos se apresentam em forma de trocas<sup>5</sup>, que são, simultaneamente, voluntárias e obrigatórias, uteis e simbólicas, interessadas e desinteressadas. Embora tenha o caráter da troca, Godbout (1998) ressalta que a verdadeira dádiva é um gesto espontâneo impossível de se captar, é uma obrigação imanente que o doador tem consigo mesmo.

A dádiva, ao contrário do que acontece no mercado, não está baseada em contratos de liquidação da dívida, mas, sim, que têm como base a manutenção da dívida (Godbout, 1998).

Os parceiros num sistema de dádiva ficam em situação de dívida, negativa ou positiva. Se for uma situação positiva, significa que consideram que devem muito aos outros. Não é uma noção contábil. É um estado, no qual cada um considera que, em termos gerais, recebe mais do que dá. O sistema da dádiva se situa, assim, no pólo oposto ao do sistema mercantil. Não porque seja unilateral, o que não é, mas porque o que caracteriza o mercado, como vimos, é a transação pontual, sem dívida, ao passo que a dádiva busca a dívida (p. 6).

Mauss (2003) defendeu que as trocas de qualquer circulação de riqueza são apenas um momento de um contrato mais amplo e permanente. Cabe destacar, nesse sentido, que o valor produzido na reciprocidade relaciona-se mais fortemente com o ato que no resultado material, já o valor produzido na troca está pautado no objeto (Nascimento & Denardin, 2017). Não obstante, as trocas não envolvem apenas bens materiais, como já mencionado.

São antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública (Mauss, 2003, p. 190).

---

<sup>4</sup> Mauss (2003) destaca que a não retribuição culmina na possibilidade de ser perder a autoridade ou o mana, este último refere-se à magia, à força espiritual que edifica a união de um povo.

<sup>5</sup> Embora Mauss (2003) aborde no Ensaio sobre a dádiva, a sociedade indígena da Polinésia, o que dificultaria um comparativo com a sociedade hegemônica atual. Inclusive, o referido autor menciona que “esses fatos respondem também a uma série de questões relativas às formas e às razões do que erroneamente é chamado de troca, ‘o escambo’, a ‘permuta’ das coisas úteis” (p. 302). Destarte, o autor chama de “dádiva-troca” essas relações que se diferenciam das trocas mercantis.

Também inclui-se nessa lista de dádivas as visitas, que também são destacadas por Mauss (2003). Ademais, assim como ressaltado por Cavalcante (2013), a dádiva circula entre desconhecidos, como doação humanitárias, doação de sangue, entre outros.

Godbout (1998) destaca que os membros de um sistema de dádiva possuem uma relação muito particular com as regras, as quais devem estar implícitas, como é o caso do fato de não deixar o valor monetário em um objeto apresentado.

Destarte, a reciprocidade pode ser entendida como a dinâmica da dádiva e de redistribuição, a qual cria e fortalece a sociabilidade e os vínculos sociais (Sabourin, 2004). No entanto, o próprio Sabourin (2011) explica que o princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva, uma troca simétrica, entre indivíduos ou grupos sociais. Para esse investigador, a dádiva, a troca diz respeito à permuta de objetos e, do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui não apenas uma categoria econômica alternativa à troca mercantil de objeto-dinheiro, mas um princípio econômico oposto ou até mesmo antagônico ao da troca.

Sabourin (2008) destaca que, nas dádivas, não existe troca nem compra, pois pertence a uma dialética social e econômica polarizadas pelo prestígio e pela honra. Para esse autor, esse fator impede de reduzir as dádivas a trocas, embora as trocas sejam relações de interesse que supõe uma reciprocidade mínima. Nesse aspecto, tem-se as estruturas de reciprocidade bilateral<sup>6</sup>, as quais dizem respeito às relações interpessoais de aliança, estabelecidas entre indivíduos, famílias ou grupos e está podem ser simétricas, produzindo a amizade, ou assimétricas, produzindo o prestígio do doador (Sabourin, 2004).

Ademais, a reciprocidade pode ser positiva ou negativa, sendo a positiva relacionada ao dom e a negativa à vingança, aquela frequentemente presente nas relações próximas e a segunda nas relações mais distanciadas (Temple, 2000). Além dessas, esse autor destaca a reciprocidade simétrica, a qual não leva a nenhuma forma de dominação, portanto, não acontece nas relações de poder.

---

<sup>6</sup> Cabe destacar que além dessas categorias, existe a reciprocidade ternária unilateral (como por exemplo a dádiva intergeracional), produzindo a responsabilidade; a ternária bilateral (como a partilha de recursos comuns), produzindo a justiça e confiança; e a reciprocidade ternária centralizada, onde as prestações e decisões são distribuídas por um papel central (como chefe, patriarca e Estado), alimentando a obediência (Sabourin, 2004).

Na sociedade moderna, a dádiva se evidencia em práticas não relacionadas diretamente ao sistema capitalista. Goutbout (1998) destaca que ela circula na sociedade de forma desvinculada ao mercado e ao Estado. Para esse autor (p. 43) a dádiva é

de modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social. Não é um fenômeno irrelevante. Basta pensar no que circula entre amigos, entre vizinhos, entre parentes, sob a forma de presentes, de hospitalidade e de serviços. Na sociedade moderna, a dádiva circula também entre desconhecidos: doações de sangue, de órgãos, filantropia, doações humanitárias, benevolência, etc.

Cabe destacar as abordagens da dádiva no turismo. Evidenciam-se diversos estudos que abordam essa teoria dentro da hospitalidade. Um dos casos é o estudo de Santos (2016). Esse pesquisador relata que, antes de produzir bens ou filhos, o que importa em primeiro lugar é construir o laço social, sendo assim, a hospitalidade está atrelada à dádiva, pois pressupõe o contato, o convívio e a possibilidade de criação de um elo.

Ainda conforme o autor supracitado, a hospitalidade por ser um fato social total segue preceitos éticos, metodológicos e morais, práticos e observáveis no âmbito das relações humanas. No entanto, embora a existência e relevância das obrigações entre visitantes e visitados permaneça, ela se enquadra em um modelo contemporâneo de funcionamento onde ser hospitaleiro pode variar dependendo do contexto social, cultural e comercial (Santos, 2016).

Camargo (2006) também aborda a dádiva enquanto parte da hospitalidade. Esse pesquisador expõe que “não resta dúvida de que o comércio moderno do turismo efetivamente abole o sacrifício implícito na dádiva, ao trocar serviços por dinheiro. Mas hospitalidade sempre foi atributo de pessoas e de espaços, e não de empresas” (p. 24). Assim, embora o turismo esteja caracterizado como uma atividade mercantilizada, onde as trocas seriam, conseqüentemente, mercantilizadas, deve-se observar para além do valor monetizável do serviço turístico, conforme destaca o autor citado. Wassall e Salles (2016) apontam que há duas noções de hospitalidade, uma de cunho mercadológico, pautado na competitividade e outra com foco antropológico e filosófico, compreendido pela dádiva. Ambas as noções têm como referencial inicial o dar-receber-retribuir apresentado por Mauss, não obstante, no primeiro caso, a dádiva é entendida como uma metáfora ou encenação.

Não obstante, algumas pesquisas no turismo têm como abordagem a relação entre os atores envolvidos. Este é o caso da tese de Pugen (2016) que se dedicou a verificar as relações

de reciprocidade entre os agricultores do Roteiro Vale do Paraíso e como a reciprocidade estimula a articulação desses sujeitos em prol de ações comuns. A autora obteve como resultado a existência de suas lógicas no roteiro citado: o intercâmbio e a reciprocidade.

Também se destaca o trabalho de Sales e Salle (2010) que se dedicaram a estudar as redes de turismo comunitário solidário do litoral do Ceará e como ocorria a formação de alianças entre os envolvidos nessas atividades. Essas pesquisadoras verificaram que os laços sociais estavam formados fundamentados na cooperação e na reciprocidade e que as comunidades procuravam evitar a circulação monetária, dando ênfase às trocas de saberes.

No caso do presente artigo, envolve-se a hospitalidade e as relações entre sujeitos, mas o objetivo principal é de comparar dois fenômenos sociais – mutirões e turismo voluntário - que têm como objetivo contribuir para a melhoria de determinado local ou realidade.

### **3. OS MUTIRÕES “TRADICIONAIS” E OS “NOVOS” MUTIRÕES**

Embora seja uma prática social importante no Brasil, há poucos estudos e publicações a respeito dos mutirões tradicionais. Uma análise na literatura evidenciará que as publicações a respeito do tema dizem respeito aos mutirões de saúde ou no âmbito habitacional. No entanto, o mutirão, também denominados de “puxirão”, diz respeito a uma prática, geralmente de grupos primários, comum em comunidades campesinas e tradicionais, organizados quando um indivíduo necessita de cooperação para a execução rápida e eficiente de alguma atividade, convocando vizinhos e se comprometendo a retribuir a ajuda prestada, quando solicitado (Brandão, 1983; Gapinski & Campigoto, 2010). Tradicionalmente são realizados em duas situações: quando apenas a soma de pessoas torna possível a realização de um serviço urgente e necessário, podendo ser a construção ou reparo de um bem comunitário (estrada, ponte, igreja, entre outros); ou quando voluntários auxiliam em um trabalho em benefícios de uma família (Brandão, 1983; Sabourin & Caron, 2009).

O mutirão pode também ser organizado sem que o dono da propriedade tome a iniciativa de convocar voluntários. Esse tipo de mutirão denominado “traição”, alguém tomava a iniciativa de reunir, secretamente, pessoas da comunidade e em determinado dia, previamente combinado com os voluntários, iam até a propriedade onde o trabalho deveria ser realizado e a pessoa “traída” sentia-se obrigada a retribuir a ajuda com festa (Brandão, 2007; Moura, 2012).

Cabe salientar que ao final dos trabalhos eram comumente realizadas festas como agradecimento e “pagamento” pelo dia de trabalho, sendo que somente quem trabalhou poderia participar gratuitamente (Gapinski & Campigoto, 2015). A ajuda nos mutirões tradicionais é voluntária e não raro o beneficiado prefere o “mutirão da companheirada” mesmo quando o beneficiário pode pagar, por menor preço do que o que teria com os gastos com alimentação e festa (Brandão, 1983).

Os convidados sentiam-se na obrigação de participar, todos deveriam trabalhar durante o mutirão, embora o trabalho fosse visto como um não trabalho (Brandão, 1983). No caso dos mutirões para benfeitorias públicas ou coletivas (construção ou reforma de escolas, igrejas, pontes ou estradas, por exemplo), a pressão social pressupõe a participação de todas as famílias da comunidade, de adultos, jovens e crianças (Sabourin & Caron, 2009). Assim como ressaltado por Brandão (1983, 2007), os mutirões tradicionais contam com uma forma voluntária de trabalho, mas com certa obrigação por códigos locais de trocas de bens e serviços, além de princípios e costumes próprios do campesinato. O indivíduo que não participar e não explicar o motivo – plausível - de sua ausência pode sofrer sanções morais e ter sua imagem afetada perante a comunidade (Godoi, Menezes & Marin., 2009).

Ressalta-se que os mutirões tradicionais reforçam os compadrios, permitem os cruzamentos e relações parentais e vínculo de amizade seja intra ou extracomunitárias (Sabourin & Caron, 2009). Ademais, proporcionavam o fortalecimento e continuidade das culturas locais (Franco & Ferreira, 2015), sendo que algumas expressões culturais estão relacionadas a eles, como é o caso do fandango caiçara (Gapinski & Campigoto, 2015; Franco & Ferreira, 2015), além de atividades como danças, procissões, cantos e narrativas, (Godoi, Menezes & Marin, 2009), é o caso da dança da enxada, canto das lavadeiras, canto das fiandeiras, entre outros (Brandão, 2007). Esse autor destaca que os mutirões tradicionais traziam os momentos de festa para o próprio trabalho, ou seja, tudo o que se fazia era considerado como um não trabalho.

Cabe destacar que, para além dos mutirões tradicionais, evidenciam-se, nos últimos anos, ações coletivas em prol de melhorias em determinado local ou comunidade. Essas ações coletivas são consideradas mutirões, embora não tenham o formato tradicional apresentado anteriormente, pois são é a ideia de mutirão ressignificada.

É possível citar diversos exemplos de ações voluntárias que ocorreram no Brasil, inclusive para benfeitorias para o turismo. Abaixo tem-se uma tabela com exemplos de tais práticas (Tabela 1).

ORGANIZAÇÃO	LOCAL	ATIVIDADE	PERIODICIDADE
Ativistas, em especial Cicloiguazu	Curitiba (PR)	Construção da Praça de Bolso do Ciclista	Pontual
Mutirão Agroflorestral (ONG)	Vários locais	Mutirões agroflorestrais de plantio e manejo	Periódico
Conhecidos da comunidade	Comunidades quilombolas Paus Altos e Santa Cruz, no município de Antônio Cardoso (BA)	Construção de casa para desabrigados da comunidade	Pontual
Grupo Lumens	Povoado Sambaíba, em Miguel Alves (PI)	Mutirão para bio-construção	Pontual
Parceiros do Mar (ONG)	Praias dos municípios de Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá (PR)	Limpeza de praias	Periódico
Futebol de Rua (ONG) e Programa Comunidade Escola, da Prefeitura Municipal de Curitiba.	Curitiba (PR)	Limpeza, recuperação e organização física de quatro instituições de ensino municipais	Pontual (durante a Copa do Mundo de 2014)
Voluntários do Sertão	Santa Cruz de Cabralia (BA)	Procedimentos médicos, odontológicos e demandas sociais	Periódico em outros locais também
Clube Paranaense de Motanhismo e voluntariados	Parque Estadual Pico Paraná, Antonina e Campina Grande do Sul (PR)	Manutenção de trilha, sinalização e coleta de lixo	Periódico

Tabela 1 – Exemplos de “novos” mutirões

Fonte: Elaboração própria (2018) com base em Santana (2016), Mutirão Agroflorestral (2016), Comunidade Quilombola Paus Altos (2011), Grupo Lumens (2016), Rossini (2018), Curitiba (2014), Voluntários do Sertão (2018); CPM (2018).

Nesse sentido, percebe-se que a noção de mutirão foi ressignificada e tomou dimensão para além das comunidades, ou seja, com caráter extracomunitário, embora, por vezes, indivíduos do município e da comunidade onde foi feita determinada benfeitoria participem das ações.

Como exemplo, cita-se a construção da Praça de Bolso do Ciclista, em Curitiba, a qual foi objeto de estudo de Santana (2016, p. 85). A autora expõe que

Os mutirões aconteceram de modo a concluir diferentes etapas do processo, sendo que qualquer pessoa que tivesse interesse poderia destinar um pouco do seu tempo e energia e colocar a “mão na massa”, ajudando com o que tivesse afinidade, fossem pedestres que estivessem passando pela rua ou pessoas que ficaram sabendo do

movimento pelos meios de comunicação ou pela indicação de voluntários que participaram.

Com isso, “muitas pessoas diferentes participavam dos mutirões e algumas entravam em contato pela primeira vez com determinadas tarefas” (p. 86). Os voluntários variavam conforme etapa do processo, no entanto, havia um grupo de pessoas que marcava presença em quase todos os mutirões, seja por conta do interesse ou pelo fato de dominarem as técnicas de determinadas atividades.

Ademais, para demonstrar como ocorre a divulgação dessas ações, a autora aponta que

A divulgação foi realizada via internet, principalmente por meio de redes sociais e a partir de convites distribuídos pelo local onde estava sendo construída a Praça. A geração de movimento de pessoas no local chamou a atenção de algumas redes de comunicação que, de forma espontânea, passaram a divulgar os mutirões, tanto por meio de notícias veiculadas em seus sites na Internet quanto pela televisão, ao realizarem chamadas convidando a população da cidade a colaborar (p. 85).

Embora no caso apresentado acima tenha ocorrido maior coesão social, em geral os novos mutirões são práticas mais pontuais e rápidas e que não exigem tanto envolvimento do participante com o local e/ou comunidade, embora em alguns casos os organizadores promovem mutirões periódicos, mas para diferentes atividades. Entende-se que essas ações, embora pontuais, podem se caracterizar como trabalho voluntário<sup>7</sup>. Em alguns casos, inclusive, o comprometimento do voluntário é mais com a organização mediadora do que com o local atendido.

Este seria o caso da **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Voluntários do Sertão**, citada acima, que tem como objetivo a promoção da assistência social, saúde, segurança alimentar, nutricional, além da articulação da atuação voluntária com acompanhamento de indicadores de transformação social. Segundo informações da página eletrônica da OSCIP (Voluntários do Sertão, 2018). Ao contrário do caso da Praça do Ciclista, que teve como objetivo a construção de algo específico, os Voluntários do Sertão têm atuação sem prazo para finalizar, embora as ações de mutirão sejam anuais, ou seja, pontuais e com pouca frequência e os voluntários mudem em cada edição, dado o fato que a participação se dá via inscrição.

---

<sup>7</sup> Cabe destacar o conceito de voluntário. Embora Ferreira, Proença e Proença (2008) destaquem que o voluntário é um indivíduo que oferece o seu serviço a uma determinada organização, sem esperar uma compensação monetária, serviço que origina benefícios ao próprio indivíduo e a terceiros, esses autores também apontam que a “vida útil” de um voluntário pode ser limitada por um propósito, por uma organização ou por determinado período de tempo.

Nesse sentido, cada uma das ações desses “novos” mutirões, tem suas características específicas, pese o fato de que têm objetivos distintos.

#### **4. TURISMO VOLUNTÁRIO: UMA ALTERNATIVA SOLIDÁRIA DO TURISMO?**

Não é o objetivo deste tópico traçar a descrição conceitual sobre turismo voluntário, uma vez que há inúmeros estudos já redigidos, seja em outros países, como no próprio Brasil, como a análise das similaridades e diferenças entre o voluntariado e o turismo voluntário a partir de uma análise conceitual e interpretativa sobre o segmento (Mendes & Sonaglio, 2013) e do estudo de como a ideia de hospitalidade permeia a produção científica sobre o turismo voluntário (Santos, 2016; Santos & Rejowski, 2017). Não obstante, buscou-se trazer argumentos favoráveis e contrários à essa prática, a fim de relacionar com a teoria da dádiva.

Em primeiro lugar, cabe destacar o levantamento realizado por Cavalcante (2013), que identificou as referências teóricas centrais nos estudos sobre trabalho voluntário. De 20 trabalhos analisados, entre 2000 e 2009, sete utilizavam a teoria de Marcel Mauss.

O termo ‘turismo voluntário’ – ou turismo de voluntariado, volunturismo - diz respeito ao turismo praticado por voluntários e organizado de forma a proporcionar ajuda ou melhorias em determinados locais, seja no que diz respeito à pobreza econômica de alguns grupos sociais, seja na restauração de certos ambientes naturais ou edificações ou até mesmo pesquisas sobre determinados aspectos da sociedade ou meio ambiente (Mostafazhaned, 2014; Wearing, 2001). Esse é um dos nichos do mercado turístico que mais crescem no mundo, com expressiva influência de celebridades conhecidas internacionalmente (Mostafazhaned, 2014). Há, inclusive, casos de países que destinam fundos para custeio de viagens de voluntariado, como é o caso do Canadá, onde já houve contestação quanto ao uso do dinheiro para tal fim (Olwig & Christiansen, 2016).

Alguns autores argumentam que esse tipo de turismo pode ser enquadrado como uma forma de turismo alternativo ao turismo de massa (Mostafanezhad & Hannam, 2014; Wearing, 2001) e chega a ser considerado uma forma sustentável de praticar o turismo (Alves, 2015). Mostafanezhad e Hannam (2014) destacam que, em alguns estudos, os turistas voluntários são considerados como turistas morais, comprometidos que compartilham diversas características similares às dos ecoturistas.

Há estudos que entendem o turismo voluntário como um segmento, especialmente como parte do turismo cultural (Alves, 2015), no entanto, acredita-se que o turismo voluntário pode ter cunho cultural, ambiental, educacional, entre outros, não podendo ser caracterizado como um segmento, mas sim uma forma de se desenvolver o turismo. Os projetos podem se enquadrar em desenvolvimento comunitário, cuidados com crianças e idosos, missões de paz, direitos humano, ensino, treinamento esportivo, cuidados com o meio ambiente e conservação da natureza, monitoramento da vida selvagem, medicina, reabilitação de drogas, atividades culturais e artísticas, empoderamento das mulheres, agricultura, construção e restauração, pesquisa, apoio a megaeventos, dentre vários outros (Tomazos & Butler, 2012).

Esse tipo de turismo é esporádico e episódico, podendo variar em seu tempo de duração, podendo ser alguns dias, ou se estenderem a várias semanas ou meses, mas menos de um ano (Tomazos & Butler, 2012; Alves, 2015), de acordo com as necessidades do projeto e disponibilidade do turista, sendo que os valores dos pacotes turísticos são definidos baseados no tipo de trabalho a ser desenvolvido, do território escolhido e do tipo de hospedagem que o turista utilizará (Alves, 2015).

A ideia central é que os projetos devam gerar impactos positivos nos moradores e comunidades receptoras, buscando-se, a partir do turismo voluntário, desenvolver uma forma de viagem que é benéfica para as comunidades locais e ambiente ecológico (SIN, 2009). Alguns autores e organizações destacam que o objetivo desse tipo de turismo é de contribuir para um outro modelo contra hegemônico de desenvolvimento, em que se procura combater o individualismo em favor do incentivo à solidariedade, confiança e reciprocidade entre os cidadãos por meio da oferta ou prestação de um serviço, por vontade própria, visando o benefício de terceiros (Alves, 2015; United Nations Volunteers [UNV], 2011).

Campaniço (2010) destaca que há diversas motivações para a realização do turismo voluntário, sendo essas: a) valores, tendo por objetivo expressar os valores humanos através da prática turística; b) carreira: objetivando explorar oportunidades profissionais e aumentar a possibilidade de ascensão na carreira; c) compreensão: buscando compreender o mundo, além de almejar a auto-compreensão; d) enriquecimento: tendo como objetivo aumentar a auto-estima; e) proteção: almejando a fuga do cotidiano e problemas pessoais; e f) social: tendo por objetivo suprir as expectativas de amigos e conhecidos. Conforme a autora, as motivações para a prática do voluntariado pode ser agrupados de acordo com a sua índole individual (as

necessidades, carências ou interesses do próprio voluntário), índole moral (satisfazer as necessidades dos outros) e índole social (transformação da sociedade).

Já Ferreira, Proença e Proença (2008), ao analisarem o trabalho voluntário identificaram como motivação: a) altruísmo (ajudar, fazer algo que valha a pena, sentido de missão, preocupação com a natureza, solidariedade); b) pertença (contato social, divertimento e viajar, ser bem aceito na comunidade, contato com pessoas que têm os mesmos interesses); c) ego e reconhecimento social (interesses nas atividades, auto-estima, confiança, preencher o tempo livre, contatos institucionais); d) aprendizagem e desenvolvimento (aprender e ganhar experiência, possibilidade de poder, enriquecimento pessoal, ampliar horizontes).

Já Mendes e Sonaglio (2013) apontam que há três tipos de turista voluntário: o raso, o intermediário e o profundo, cada um tendo um nível de relação com a comunidade/destino onde realiza o voluntariado. O primeiro, em suas viagens, prioriza o lazer e os interesses pessoais antes da experiência de voluntariado, que são em curto prazo; o segundo já combina a atividade voluntária com a turística, realizando atividades que explorem a cultura e natureza local, seu voluntariado é de médio prazo; o terceiro, por sua vez, interage com a cultura da comunidade anfitriã e realiza outras atividades dentro da comunidade, suas viagens são de médio em longo prazo.

Mostafanezhad e Hannam (2014), embora tenham críticas a essa prática, afirmam que o turismo voluntário é, certamente, motivado pelo altruísmo, em contraste com o turismo de massa, que geralmente se caracteriza pela busca do prazer hedonista, auto interessada, despreocupada. O desejo do turista voluntário é de fazer um diferencial.

Por outro lado, críticos ao turismo apontam que ele incorpora características particulares do neoliberalismo, legitimando discursos que despolitizam e naturalizam as desigualdades Norte-Sul (Mostafanezhad, 2013, 2014; Mostafanezhad & Hannam, 2014). Isso vai ao encontro do exposto por Olwig e Christiansen (2016), que defendem que, embora haja pontos positivos, o turismo voluntário pode apenas estar reproduzindo desigualdades globais e promovendo o narcisismo. Há um fetichismo, em que a desigualdade do encontro é reestruturado através de um espetáculo relativamente uniforme do humanitarismo popular e essas práticas nem sempre conduzem a um questionamento sobre a desigualdade social, o contrário, tendem a “estetizar” a pobreza como algo autêntico e cultural (Mostafanezhad, 2014) ou o que Barretto (2005) denomina “zoologização” de grupos humanos.

O receio de que o contato entre visitante e visitado gere mais impactos negativos que positivos é recorrente na literatura sobre o turismo. Barretto (2007) destaca que, quando os visitados têm menor poder aquisitivo, apresentam menos avanços tecnológicos e ocupam um *status* inferior no cenário internacional que os visitantes, o relacionamento entre eles é assimétrico. Bianchi (2009) menciona que o turismo produz e reproduz desigualdades entre mercados e destinos, um exemplo é o caso do feminismo, não importa o quão feminista uma turista possa ser (o autor menciona uma mulher britânica), a relação dela com a trabalhadora do destino (no caso, o autor menciona uma portuguesa) é sempre desigual, fica aquém da irmandade internacional. No entanto, o mesmo autor faz a ressalva que de o encontro é sempre uma relação de poder, mesmo que o poder não seja unilateral, sendo assim é possível que o turista seja tão impactado quanto o visitado.

Assim como ressaltado por Alves (2015), o turismo voluntário requer atenção para uma relação harmoniosa entre turistas e anfitriões, na qual o aquele não tenha a sensação de comprar os espaços que visita e que este não se sinta excluído do fenômeno turístico. Desse modo, a prática voluntária em si não seria tão interessante se não for realizada em um local atrativo turisticamente.

Outro fato que diz respeito às relações construídas pode ser inferido a partir de Goffman (1985). Esse estudioso utiliza o termo “representação” para se referir à atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes certa influência. Essa “atuação” é recorrente na atividade turística, onde os visitados se transformam em atores. Goffman (1985) destaca que essa representação demanda uma “fachada” onde tudo acontece, como um palco. No turismo, dificilmente os visitantes conseguem ultrapassar essa região de fachada e adentrar no contexto real das comunidades/destinos, no entanto, acredita-se que no turismo voluntário isso possa acontecer com maior frequência, tendo em vista que essa experiência requer vivência no local.

Embora seja necessário a crítica e o cuidado com respeito ao encontro, há que se reconhecer que o encontro entre diferentes culturas pode contribuir para a valorização da identidade cultural, o resgate cultural, a preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como o intercâmbio entre culturas, promovendo a compreensão, o conhecimento e o respeito à diversidade, dentre outros (Corbari, 2015). Além disso, segundo a pesquisadora supracitada, as comunidades receptoras percebem as especificidades de sua própria cultura e descobrem

novas dimensões de sua identidade, fomentando a preservação do artesanato e até mesmo o ressurgimento de rituais já extintos, ou seja, leva a um despertar étnico ou intensificação cultural.

Ademais, há autores que ressaltam que essas experiências geram impactos positivos nos turistas. A participação nessas ações pode aumentar os laços entre indivíduos, através de uma rede, promovendo altos níveis interacionais entre voluntários, pesquisadores, autoridades locais e moradores, que não raramente se estendem para além do tempo de vivência turística (McGehee & Santos, 2005). Esses laços também são ressaltados por Alves (2015), no entanto focando no turista e comunidade visitada. Essa autora afirma que a interação entre ambos cria, frequentemente, vínculos que podem ser ampliados e desenvolvidos, tornando-se processos interativos para além do momento da visita.

Zahra e McGehee (2013), em seu artigo denominado “*Volunteer tourism: a host community capital perspectiva*”, expõem os pros e contras dessa atividade e, após avaliarem a literatura sobre o turismo voluntários, tecem duas críticas centrais: 1) há escassez de pesquisas sobre o tema que sejam focadas nas comunidades receptoras e 2) há uma tendência da pesquisa sobre o turismo voluntário ser dialética, ou os pesquisadores argumentam que o turismo é uma pária, contribuindo para a perpetuação das relações desiguais entre Norte e Sul ou as pesquisas colocam essa prática como uma panaceia.

## **5. COMPARATIVO ENTRE OS MUTIRÕES TRADICIONAIS, OS “NOVOS” MUTIRÕES E O TURISMO VOLUNTÁRIO**

Tendo como base a revisão bibliográfica realizada, compreendeu-se as características básicas particulares de cada uma das experiências mencionadas no presente artigo. Não obstante, foi possível perceber que, ao mesmo tempo, elas giram em torno de boas ações em prol de um indivíduo, família, comunidade ou local.

Destarte, buscou-se sintetizar as similaridades e diferenças entre os mutirões tradicionais, os “novos” mutirões e o turismo voluntário, as quais são apresentadas abaixo (Tabela 1). Foram analisados aspectos-chave dessas experiências, são elas: a temporalidade das ações, a organização, a presença ou não da reciprocidade (tendo em vista que este é um conceito principal da teoria da dádiva), a necessidade ou não de pagamento, o caráter voluntário, o envolvimento de atividades de lazer, aspectos das relações sociais (um ponto

chave da teoria da dádiva), os benefícios culturais da prática e a relação ou não com o fenômeno turístico.

	<b>Mutirão tradicional</b>	<b>“Novos” mutirões</b>	<b>Turismo voluntário</b>
<b>Temporalidade</b>	Ações pontuais, sendo as datas agendadas conforme a necessidade de um indivíduo, família ou comunitária.	Ações pontuais, sendo as datas agendadas de acordo com interesse dos organizadores.	Pode ser realizado em qualquer período do ano, podendo variar em seu tempo de duração (entre alguns dias até alguns meses), de acordo com a disponibilidade do turista.
<b>Organização</b>	Dono da propriedade ou vizinhos.	A organização depende, podendo ser por instituições públicas, ONGs, grupos independentes, entre outros.	Agências especializadas e organizações locais
<b>Reciprocidade</b>	Existe reciprocidade, retribuição do beneficiado quando solicitado (dívida moral).	Não há retribuição do trabalho por parte da comunidade. Ao invés de reciprocidade, a palavra de ordem é solidariedade.	Não há retribuição do trabalho por parte da comunidade. Ao invés de reciprocidade, a palavra de ordem do voluntariado é altruísmo.
<b>Pagamento</b>	Às vezes o beneficiado paga em dinheiro, mas geralmente o pagamento é feito com comida, bebida e festa. Relação não capitalista.	Nem o participante, nem a comunidade beneficiada pagam. Por vezes, também, o mutirão não beneficia uma comunidade, mas sim um local/região. Relação não capitalista.	Pago por um interessado (à agência intermediadora) para participar. Relação capitalista (troca).
<b>Voluntariado</b>	Embora seja voluntária a participação, há uma obrigação implícita por códigos locais, princípios e costumes. Existe obrigatoriedade no dar e posteriormente se recebe novamente a dádiva.	A participação é voluntária e não há obrigação de retribuição;	O participante efetua um pagamento para trabalhar em determinada comunidade, realizando certo tipo de trabalho e pelo tempo que interessar a ele. É voluntário e sem obrigação de retribuição.
<b>Atividades de lazer</b>	Ao final do dia de trabalho comumente se realizam festas, sendo gratuita para quem participou do mutirão.	A realização de atividades de lazer ou integração entre os membros depende de cada organizador/formato de mutirão.	As atividades nas comunidades são pré-estabelecidas pelas agências intermediadoras e os turistas, além de trabalhar, vivenciam a cultura local. No entanto, isso varia de acordo com os interesses do voluntário.
<b>Relações sociais</b>	Reforçam os compadrios, relações parentais e alianças, especialmente, as intracomunitárias.	Como são ações pontuais, em tempo determinado e geralmente curto a tendência ao fortalecimento das relações sociais é menor, mas há a criação ou reforço de	Criação de laços entre indivíduos (voluntários, pesquisadores, autoridades locais e moradores), que não raramente se estendem para além do tempo de experiência turística.

		relações extracomunitárias.	
<b>Benefícios culturais</b>	Além da contribuição pontual, há o fortalecimento das relações sociais e continuidade das culturas locais.	Os mutirões geram benefícios pontuais às comunidades/locais. Em alguns casos podem contribuir para a valorização sociocultural. Boa parte dos mutirões são focados na questão ambiental.	Alguns projetos são desenvolvidos no âmbito cultural, como atividades culturais e artísticas, intercâmbio cultural, conservação do patrimônio, entre outros. Além disso, o turismo, em geral, pode fomentar um despertar étnico ou intensificação cultural.
<b>Turismo</b>	Por conta da descontração e por trazer a festa ao trabalho, o mutirão é considerado como um não-trabalho.	As atividades são momentos de descontração, com participação, por vezes de turistas e algumas ações demandam viagens, embora isso não seja uma regra.	Embora seja trabalho, não devem ser confundidos com viagens a trabalho, uma vez que o elemento chave na definição de turista voluntário é a não remuneração pelo trabalho prestado. As atividades são mescladas com passeios e sempre demandam viagem.

Tabela 1 – Características dos mutirões tradicionais, “novos” mutirões e turismo voluntário.

Fonte: Elaboração própria (2018), com base na revisão bibliográfica e exemplos apresentados anteriormente.

O que pode ser compreendido, conforme verificado na revisão bibliográfica, nos exemplos elencados anteriormente e na síntese acima, é que os mutirões tradicionais, são algo natural, endógeno às comunidades e praticados entre membros das mesmas, salvo raras exceções em que alguns membros são externos. É uma prática de reciprocidade e que tem por objetivo a ajuda mútua para subsistência das famílias ou para melhoria de um bem coletivo ou público. A palavra de ordem desse tipo de ação é “reciprocidade” entre pessoas que, em sua maioria, já se conhecem antes de participar da ação e as relações sociais tendem a se fortalecer. A dívida se evidencia de forma mais expressiva nos mutirões tradicionais, uma vez que se dá entre pessoas que já mantêm laços sociais. Ademais, entende-se que os mutirões tradicionais não se enquadram como “trabalho voluntário”, uma vez que a lógica social difere da sociedade orientada para o mercado.

Os “novos” mutirões são planejados e organizados por diversos tipos de instituições, mas geralmente exógenas às comunidades. No caso de melhorias ambientais, o objetivo é conscientização da população residente no local ou município. Em alguns casos há participação de turistas que participam por ter consciência da importância da ação. A palavra de ordem é solidariedade (quando relacionado aos aspectos sociais ou culturais) e conscientização (quando a ação é voltada aos aspectos ambientais). Entende-se como uma prática de trabalho voluntário pontual, na qual a “vida útil” do voluntário pode durar apenas

uma ação, isso porque o vínculo com a comunidade e/ou local são fracas ou inexistentes. Geralmente as pessoas não se conhecem (comunidade e voluntários ou até mesmo voluntários entre si). No entanto, a dádiva se expressa de forma mais sutil, tendo em vista, como já citado, a pontualidade das ações e a presença de pessoas que não mantêm laços sociais tão estreitos quanto nos mutirões tradicionais.

O turismo voluntário, por sua vez, constitui uma prática que objetiva contribuir para um outro modelo de desenvolvimento, norteado por valores diferentes, em que se procura combater o individualismo, sendo uma experiência de caráter altruísta. As relações sociais podem ser mantidas dependendo da experiência e duração, sendo mais provável em ações desenvolvidas em um longo período de tempo ou que promovam forte convivência entre comunidade e voluntário. No entanto, no caso desta experiência, há que se tomar cuidado com a manutenção das desigualdades estabelecidas, principalmente quando se tratam de experiências entre o Norte e o Sul global.

Embora a dádiva não se evidencie com tanta ênfase, se levado em consideração o exposto por Cavalcante (2013) de que ela também circula entre desconhecimentos; e o que é apontado nos estudos referente à dádiva na hospitalidade, especialmente o que defende Camargo (2006), de que, embora a atividade turística seja uma atividade mercantilizada, que realiza a troca de serviços/experiências por dinheiro, a hospitalidade, por sua vez, é um atributo de pessoas e de espaços. No entanto, as experiências de turismo voluntário giram em torno das premissas do trabalho voluntário (altruísmo, pertença, ego e reconhecimento social e aprendizagem e desenvolvimento) e não tanto como um dar-receber-retribuir implícito nas relações sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mutirões se constituem práticas tradicionais do campesinato brasileiro, tal prática pode ser evidenciada nas mais variadas comunidades campesinas e tradicionais do país. É baseada na reciprocidade, o que poderia ser traduzido como a dádiva de Mauss. Busca tornar a vida mais fácil para os indivíduos e famílias desprovidas de condições econômicas para manter empregados ou pagar para ter ajuda em algum tipo de trabalho, geralmente agrícola.

Tal prática contribui para fortalecer a sociabilidade e vínculos sociais, tendo em vista que as pessoas que participam, em geral, fazem parte do mesmo círculo social, por isso,

embora seja voluntária, a participação é incentivada por pressão social ou códigos locais de trocas. Ao final do dia de trabalho o pagamento é feito com festa, cantoria, comida e bebida, o que acaba se tornando um momento de lazer para a comunidade, o que contribui para a valorização e perpetuação de práticas culturais, como o fandango.

Os “novos” mutirões, por sua vez, conta com participantes com menor grau de relação, o que leva, conseqüentemente, a menor possibilidade de ocorrer a reciprocidade. O termo que melhor explica os “novos” mutirões é solidariedade, ou conscientização quando se trata de um mutirão para benfeitorias ambientais. A organização e funcionamento do mutirão depende de cada organizador, mas, em geral, não conta com nenhum tipo de pagamento, monetário ou não. Embora não seja um ato de reciprocidade, nos moldes da teoria da dádiva, essas experiências quase nunca são mercantilizadas, representam a preocupação de um grupo de pessoas a respeito de um problema pontual ou situação.

O turismo voluntário, também gira em torno do altruísmo, embora nesse tipo de experiência, o indivíduo pague uma quantia em dinheiro para participar, ou seja, é uma prática pautada na troca, mercantilizada. Ademais, dependendo do tempo da experiência, há maior possibilidade de criação de laços sociais e imersão na cultura local. O objetivo desse tipo de turismo é contribuir para um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social, levando benefícios aos visitados e aos visitantes, que exploram seu lado consciente e responsável, frente a problemáticas ambientais, econômicas e sociais.

O que se pode entender é que, das três práticas, apenas os mutirões “tradicionais” são algo endógeno e natural, embora tenha a característica da obrigatoriedade implícita. No turismo voluntário há críticas e preocupações sobre sua real eficácia, o que pode ser estendido para os “novos” mutirões. No entanto, cabe uma análise mais aprofundada para se inferir algo. Essas práticas surgem e são desenvolvidas por indivíduos conscientes seja ambiental, social ou culturalmente e que buscam - além de contribuir para uma realidade diferente - autoconhecimento e reflexão, sendo praticadas de modo voluntário e sem obrigatoriedade. Essas práticas podem gerar mais benefícios aos participantes do que aos beneficiados.

Há escassez de estudos sobre os três conceitos abordados, mas, a partir da análise realizada no presente artigo, compreende-se a necessidade de estudos com maior ênfase nos impactos causados por esses encontros, em particular no caso dos mutirões extracomunitários e do turismo voluntário, pois os dois promovem o encontro com assimetria de poder, onde um grupo - os voluntários - estará em posição privilegiada. Destarte, mesmo que os voluntário

tenham por objetivo o altruísmo, as práticas, com ênfase no turismo voluntário, fortalecem as desigualdades históricas ao apresentar a pobreza como um produto turístico, mesmo que com cunho “humanístico” e que, nesse tipo de experiência o turista ultrapasse a região de “fachada” com maior frequência que em outros tipos de turismo.

Acredita-se que em alguns casos de mutirões extracomunitários o altruísmo seja mais forte que a solidariedade e que, assim como no turismo voluntário, há casos onde a participação do voluntário tem relação com aspectos individualistas. Ademais, não se tem estimativas sobre quantos turistas voluntários continuaram a praticar o voluntariado após sua viagem. Embora isso não tenha tanta importância para a análise da dádiva, entende-se que a “vida útil” desse tipo de voluntário pode expressar suas características enquanto altruísta.

Destarte, a reciprocidade, especialmente as simétricas, se evidenciam apenas nos mutirões tradicionais, por conta dos laços sociais já estruturados e pelas dinâmicas internas das comunidades. As relações orgânicas entre os membros das comunidades contribui para que a participação nos mutirões, embora com obrigatoriedade implícita, seja feita por costume e como algo normal, ao contrário do que acontece nas demais experiências aqui descritas. Embora, não se descarte o fato de que possa acontecer a reciprocidade negativa ou positiva em todas as experiências.

O comparativo realizado dá base à reflexão a respeito das dimensões humanas do turismo, neste caso, em especial o turismo voluntário. Mas ao se comparar atividades que têm como objetivo o benefício de outras pessoas ou do meio ambiente, abre-se precedentes para se pensar uma outra forma de se compreender as relações entre visitantes e visitados, com base nas teorias das ciências sociais.

## REFERÊNCIAS

- Alves, M. G. (2015). *O desafio da sustentabilidade e da solidariedade na prática dos profissionais de turismo: o turismo de voluntariado no Brasil*. (Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Minho, POR. Disponível em [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/38441/1/Tese\\_GorettiAlves\\_2015.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/38441/1/Tese_GorettiAlves_2015.pdf)).
- Barretto, M. (2005). Turismo étnico y tradiciones inventadas. In: Talavera, A. S.; Prats Canals, L. (Coords.). *El encuentro del turismo con el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación*. Sevilla, ESP. FAAEE- Fundación El Monte, 39-56.

- Barretto, M. (2007). *Turismo y cultura: relaciones, contradicciones y expectativas*. Tenerife, ESP.: ACA/PASOS/RTPC.
- Bianchi, R. V. (2009). The “Critical Turn” in tourism studies: a radical critique. *Tourism Geographies*, 11(4), 484-504. Doi: 10.1080/14616680903262653.
- Brandão, C. R. (1983). *Os caipiras de São Paulo*. v. 75. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, Coleção Tudo é História.
- Brandão, C. R. (2007). Programa 4: Festa de Trabalho. In: *Aprender e ensinar nas festas populares*. Boletim 02. Rio de Janeiro, RJ: TV Escola/Ministério da Educação, 44-53. Recuperado de: <http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publications/Series/1426103055770.pdf#page=44>.
- Camargo, L. O. de L. (jul./dez. 2006). Hospitalidade sem sacrifício? O caso do receptivo turístico. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, 3(2), 11-28.
- Campaniço, P. A. B. (2010). *Turismo de Voluntariado: a perspectiva do Voluntariado no Turismo Dois Estudos de Caso - a “Aventura Solidária” da AMI e a Global Volunteers*. (Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã, POR). Disponível em <http://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2827/1/Turismo%20de%20Voluntariado%20-%20a%20perspectiva%20do%20Voluntariado%20no%20T.pdf>.
- Cavalcante, C. E. Motivação no trabalho voluntário: delineamento de estudos no Brasil. (jul./dez. 2013). *Revista Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul (RS), 38, 161-182. doi 10.17058/cepe.v0i0.3719.
- Clube Paranaense de Montanhismo (CPM). (2018). *Projeto Voluntariado Pico Paraná*. Recuperado de <https://www.cpm.org.br/voluntariadopp>.
- Comunidade Quilombola Paus Altos. (2011). *Comunidade faz mutirão solidário pra construção de moradia*. 2011. Recuperado de <http://www.pausaltos.com.br/comunidade-faz-mutirao-solidario-pra-construcao-de-moradia/>.
- Corbari, S. D. (2015). *O turismo envolvendo comunidades indígenas em teses e dissertações: retrato das relações e dos impactos socioculturais*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. PR).
- Ferreira, M., Proença, T., & Proença, J. F. (jul. 2008). As motivações no trabalho voluntário. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, Lisboa, 7(3), 43-53. Recuperado de <http://www.redalyc.org/pdf/3885/388539113005.pdf>
- Franco, P. C., & Ferreira, D. de F. (2015). Educação popular no processo de construção da rabeça fandagueira: um jeito caiçara de aprender em mutirão na Associação dos

- Jovens da Juréia – Iguape/SP. In: *Anais da 8ª Semana de Pedagogia e do 2º Seminário do PPGED*, Sorocaba, SP.
- Gapinski, I., & Campigoto, J. A. (set./dez. 2010). A dança de São Gonçalo nos faxinais de Rio Azul/PR. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)*, 1(3), 43-69. Recuperado de <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/2637#.V7oaXygrLIU>.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6 ed). São Paulo, SP: Atlas. Grupo Lumens; (2016). *Biblioteca de taipa*. Recuperado de <http://grupolumens.blogspot.com.br/>.
- Godbout, J. T. (out. 1998). Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 13 (38), 39-52. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38godbout.pdf>.
- Godoi, E. P. de, Menezes, M. A. de, & Marin, R. A. (2009). Introdução. In: Godoi, E. P. de, Menezes, M. A. de, & Marin, R. A. (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. V II. São Paulo, SP: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 23-36.
- Goffman, E. (1985). *A representação do Eu na vida cotidiana*. (3. ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia*. (Trad. Paulo Neves). São Paulo: Cosac e Naify.
- Mcgehee, N. G., & Santos, C. A. (2005). Social change, discourse and volunteer tourism. *Annals of Tourism Research*, 32(3), 760–779. doi 10.1016/j.annals.2004.12.002.
- Mendes, T. C., & Sonaglio, K. E. (maio-ago. 2013). Volunturismo: uma abordagem conceitual. *Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica*, 15(2), 185–205. doi 10.14210/rtva.v15n2.p185-206.
- Mostafanezhad, M. (outubro 2013). The politics of aesthetics in volunteer tourism. *Annals of Tourism Research*, 43, 150-169. doi 10.1016/j.annals.2013.05.002.
- Mostafanezhad, M. (2014). Volunteer tourism and the popular humanitarian gaze. *Geoforum*, 54, 111–118. doi /10.1016/j.geoforum.2014.04.004.
- Mostafanezhad, M., & Hannam, K. (Eds.). (2014). *Moral encounter in tourism*. British Library, London.
- Moura, M. C. O. de. (set./dez. 2012). Disponibilidade e acesso de alimentos na Terra Indígena Carretão. *Caderno de Pesquisa*, São Luiz, MA, 19(3). Recuperado de: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1147/2588>.
- Mutirão Agroflorestal. (2016). *História*. Recuperado de <http://mutiraoagroflorestal.org.br/historia/>.

- Nascimento; E. C. do, & Denardin, V. F. (abr. 2017). Malhas da reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel – litoral do Paraná. *Desenvolvimento e Meio Ambiente – DMA*, 40. doi 10.5380/dma.v40i0.47132.
- Olwig, M. F., & Christiansen, L. B. (2016). A carnivalesque reading of eco-voluntourism at the Roskilde Festival. In: Mostafanezhad, M., Norum, R., Shelton, E. J., & Thompson-Carr, A. (Orgs.) *Political ecology of tourism: community, power and the environmental*. London/New York: Routledge, 108-128.
- Pugen, B. (2016). *Dar, receber, retribuir: práticas socioeconômicas no turismo rural*. (Tese de doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul, RS). Disponível em <http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1008/1/Bianca%20Pugen.pdf>
- Rossini, A. (2018, 9 de jan.). Litoral do Paraná terá mutirão para limpeza das praias. *Paraná Portal Online*, s/p. Recuperado de [www.paranaportal.uol.com.br/cidades/litoral-do-parana-tera-mutirao-para-limpeza-das-praias](http://www.paranaportal.uol.com.br/cidades/litoral-do-parana-tera-mutirao-para-limpeza-das-praias).
- Sabourin, E. (2004). Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. *Tomo*, São Cristóvão, SE, 7, 75-103. doi 10.21669/tomo.v0i0.5244.
- Sabourin, E. (fev. 2008). Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS*, São Paulo, SP, 23(66), 131-138. Recuperado de [http://agritrop.cirad.fr/545323/1/document\\_545323.pdf](http://agritrop.cirad.fr/545323/1/document_545323.pdf).
- Sabourin, E. (mai./ago. 2011). Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. *Sociologias*, Porto Alegre, RS, 13(27), 24-51. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a03v13n27.pdf>.
- Sabourin, E., & Caron P. (2009). Camponeses e fundos de pasto no Nordeste de Bahia. In: Godoi, E. P. de, Menezes, M. A. de, & Marin, R. A. (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. V II. São Paulo, SP: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 89-115.
- Sales, G. A. F. de, & Salle, M. do R. R. (out. 2010). A dádiva no turismo comunitário: constituição de vínculos sociais por colaboração solidária. *Turismo & Sociedade*, Curitiba, 3(2), 162-184. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/19629/12826>
- Santana, D. T. (2016). *Praça de Bolso do Ciclista de Curitiba/PR: idealização, cotidiano e o uso da bicicleta como forma de contestação*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR). Disponível em <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43135>.
- Santos, D. R. (2016). *Hospitalidade no turismo voluntário: produção científica em língua inglesa (2000-2015)*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Anhembi-Morumbi, São Paulo, SP).

- Santos, D. R., & Rejowski, M. (2017). Hospitalidade na produção científica sobre turismo voluntário. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Aveiro, POR, 27/28, 171-181. Recuperado de <http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/issue/view/408/showToc>.
- Sin, H. L. (2009). Volunteer tourism: “envolve me and I will learn?”. *Annals of Tourism Research*, 36, 480–501. doi 10.1016/j.annals.2009.03.001.
- Temple, D. Comunidad y reciprocidad. (2000). *Revista Iberoamericana de Autogestión y Acción comunal* (RIDAA), Madrid, 35/36/37(18), 27-37. Recuperado de [http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad\\_2&id\\_article=83](http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=83)
- Tomazos, K., & Butler, R. (june 2012). Volunteer tourism: the new ecotourism? *Anatolia*, 20(1), 196-212. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/254237800\\_Volunteer\\_Tourism\\_The\\_New\\_Ecotourism](https://www.researchgate.net/publication/254237800_Volunteer_Tourism_The_New_Ecotourism).
- United Nations Volunteers - Unv. (2011). *State of the World's Volunteerism Report, universal values for global well-being*. Recuperado de [http://www.unv.org/fileadmin/docdb/pdf/2011/SWVR/English/SWVR2011\\_full.pdf](http://www.unv.org/fileadmin/docdb/pdf/2011/SWVR/English/SWVR2011_full.pdf).
- Voluntários do Sertão. (2018). *Conheça nosso projeto: Voluntários do Sertão*. Recuperado de <http://www.voluntariosdosertao.com.br/voluntarios-do-sertao>.
- Wassall, A. R. A., & Salles, M. do R. R. (2016). Hospitalidade urbana: produção de artigos científicos em periódicos nacionais da área de turismo e hospitalidade (2006 – 2016). In: Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo, 13. *Anais...* São Paulo, p. 3-15. Recuperado de <https://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=13>
- Wearing, S. (2001). *Volunteer tourism, experiences that make a difference*. Wallingford: CABI Publishing.
- Zahra, A., & McGehee, N. G. (jul. 2013). Volunteer tourism: a host community capital perspective. *Annals of Tourism Research*, 42, 22-45. doi 10.1016/j.annals.2013.01.008.